

MAQUIAVEL: HISTÓRIA, POLÍTICA E APARÊNCIA

Flávia Roberta Benevenuto de Souza¹

Resumo: Este artigo objetiva reconhecer o âmbito no qual se insere a política. Este âmbito parece ser apresentado por Maquiavel pela contraposição entre aparência e verdade efetiva. Mas, haveria um meio de dissociá-los? Pretendemos investigar a questão por meio de uma ferramenta muito cara a Maquiavel: a história. Se o terreno da política, assim como o âmbito do poder, se constitui por meio da aparência, do parecer em detrimento do ser, lidar com a incerteza da verdade efetiva é a constatação primeira da necessidade de se investigar o assunto.

Palavras-chave: Maquiavel; Aparência; História; Verdade efetiva.

Abstract: The objective is recognize that the scope in which it operates the policy. This framework seems to be presented by Machiavelli by contrast between appearance and truth effective. But there would be a way to dissociate them? We will investigate the issue through a very important tool to Machiavelli: history. If the policy land, as well as the scope of power is constituted by the appearance of the opinion instead of being, dealing with the uncertainty of the effective truth is the first realization of the need to investigate the matter.

Keywords: Machiavelli; Appearance; History; Truth effective.

Não se pode pensar o reconhecimento da importância da imagem e da visibilidade como uma novidade introduzida por Maquiavel. Além de fazer parte de uma cultura própria do Renascimento, os ‘espelhos dos príncipes’ (*Specula*)², são, de fato, mais antigos e bastante comuns. Nas obras de Maquiavel, no entanto, a questão parece ser abordada de modo a considerar uma complexidade maior das possibilidades que circunscrevem as ações do governante. A imagem do governante permanece no centro da questão, mas, em função das imagens que tais ações são capazes de

produzir, podemos pensar que uma espécie de cálculo dos resultados de suas ações é introduzida. A questão da aparência, nesse sentido, assume também um lugar no resultado da *práxis* do governante. Assim, na medida em que Maquiavel se interessa pelo resultado das ações do governante, que passa pelo julgamento dos homens, a maneira como este julgamento se efetiva torna-se objeto de investigação³.

O ator político não atua sem plateia, e a imagem do governante é, em grande medida, fruto do julgamento dos homens. O governante não pode ignorar a *opinione*, para usar o termo exato. Ela, muitas vezes, expressa as expectativas e/ou desejos em relação à figura do governante. Expectativas essas que, quando correspondidas, nem sempre implicam as ações mais apropriadas para uma determinada situação. A *opinione*, presa aos valores da tradição, não pode, sequer, reconhecer as necessidades presentes e, menos ainda, desejar ações específicas a elas. Cabe ao governante praticar ações que possam ir ao encontro das necessidades mais imediatas que lhe são postas em suas funções, preservando seu principal objetivo, que diz respeito à manutenção do poder e, ao mesmo tempo, garantir que sua imagem seja no mínimo aceitável. Assim, como é certo que tanto a obtenção quanto a manutenção do poder circunscrevem o julgamento que o povo faz da figura do governante bem como de suas ações, este juízo precisa ser minimamente abordado neste trabalho, muito embora não se trate de uma de suas questões centrais.

Uma das passagens mais conhecidas da obra “O Príncipe” diz respeito justamente a esta questão. No capítulo XVIII, Maquiavel afirma que “os homens julgam mais pelos olhos que pelas mãos.” (MACHIARELLI, 1997, p. 166)⁴. Encontramos uma passagem parecida nos “*Discorsi*”: “a universalidade dos homens se nutre com aquilo que parece como se fosse o que é; assim, muitas vezes são afetados mais pelas coisas que parecem do que pelas coisas que são.” (MACHIARELLI, 1997, p. 257)⁵. As passagens indicam que, em primeiro lugar, há uma distância entre o que se vê e o que é. Em segundo, poderíamos pensar que o que se vê é mais importante que o que é, e, em terceiro, que só o pode ser em função da capacidade que os homens têm de imaginar. Estas conclusões iniciais já nos conduzem a uma quarta conclusão, ainda mais importante: se tal distância existe e favorece o que se vê, ou seja, o parecer ser, este parecer ser não pode estar à parte do espaço da política. Não pode se constituir fora dele.

No entanto, estas conclusões iniciais a respeito das afirmações de Maquiavel parecem nos conduzir a, no mínimo, duas questões. A primeira surge a partir da passagem expressa em “O Príncipe”, segundo a qual o julgamento dos homens se constrói mais pelos olhos que pelas mãos: podemos mesmo concluir que o que se vê é mais importante que o que é? A segunda questão aparece a partir da passagem dos “*Discorsi*” e, de acordo com ela, aquilo que parece se distingue do que é: há espaço para se pensar a oposição entre ser e aparecer, clássica na história da filosofia, como uma dicotomia no interior do pensamento de Maquiavel? Tais questões parecem estar interligadas e sua análise sugere nos conduzir a um questionamento da pertinência de tais perguntas. De maneira resumida, poderíamos afirmar que a imagem que se tem do governante é constituída parte pelo que ele de fato faz e parte pela imagem que se cria dele a partir das ações que ele efetivou e que não necessariamente lhes correspondem. Mas, como não é possível fazer essa distinção, dado que o mundo da política é também o espaço da aparência, não é possível opor o que se efetivou ao que parece ter se efetivado. Ambos constituem o terreno próprio da política.

Helton Adverse sugere uma resposta direta à primeira questão, ao afirmar que “não se trata, portanto, de menosprezar a complexidade da vida política reduzindo o real à aparência e sim de compreender que para Maquiavel essa divisão perde sentido no domínio político porque o efetivo é o que aparece.” (ADVERSE, 2010, p. 19). Esta resposta nos permite compreender que a própria pergunta não fazia sentido. Em outras palavras, se o objeto de análise – que é a política – se constrói em um ambiente onde não é possível distinguir o ser do parecer, não faz sentido questionar a relevância de um ou de outro. Só temos acesso ao que aparece e, portanto, nem nosso objeto de análise pode ser de outra natureza, nem as ações do governante se inserem em outro lugar, pois só há aparência. A respeito desta última, Adverse afirma que, “uma vez que os homens ‘julgam mais pelo olhar’, na cidade o parecer não pode ser distinguido do ser porque o espaço social e político é o domínio do aparecer. Dizendo de outro modo, o espaço público é o mundo da aparência.” (ADVERSE, 2010, p. 45). A aparência, assim, não somente se inscreve no espaço da política, como ela própria o constitui.

Assim, a resposta à segunda questão parece dar continuidade à primeira e não é menos definitiva. Não há uma dualidade no sentido

clássico da metafísica e, por isso mesmo, não se pode tomar Maquiavel por ‘fenomenólogo’. Evidentemente, o que se concretiza na história e se caracteriza como um fato interessa a Maquiavel, mas não podemos tomar fatos históricos, tal como usados por Maquiavel, como sendo fenômenos próprios da metafísica. O primeiro passo para evitar uma confusão desta natureza é o reconhecimento de que não se trata de um conceito que se pretenda ideal. É construído, acima de tudo, a partir daquilo que se efetivou na história, e esta passa a ser, então, a grande ferramenta conceitual de Maquiavel. Desconsiderar este instrumento parece conduzir ao equívoco de uma tentativa de inserir Maquiavel no mesmo leque de pensadores clássicos que ele tanto criticava. Maquiavel, ao recusar os modelos ideais da tradição, não os substitui por outros da mesma natureza. Tal como afirma Adverse, “os instrumentos conceituais de Maquiavel não pertencem a essa tradição que poderíamos aqui chamar de *metafísica*” (ADVERSE, 2010, p. 26, grifo do autor). Se há uma distância entre o que é e o que parece ser, ela só interessa ao ator político na medida em que ele precisa considerá-la para tentar produzir, a partir de suas ações, imagens apropriadas aos seus objetivos. Do que se conclui que o bom político, para Maquiavel, é sempre o ator político.

Precisamos considerar ainda que, mesmo havendo uma distância entre o que se vê e o que é, esta distância desaparece no espaço público. Extingue-se visto que, neste espaço próprio da política, não se pode distinguir as coisas como elas são de como elas parecem ser. A consequência se torna clara: no âmbito da verdade efetiva só há aparecer. Parte-se, assim, da premissa de que o espaço da política é o da aparência. Esta premissa, no entanto, não implica uma dicotomia entre ser e aparecer. Imaginação e realidade fundem-se de tal maneira naquilo que aparece que distingui-las torna-se impossível. A dualidade entre aquilo que se imagina ser e o que é se dissolve no aparecer, e o que se efetiva para Maquiavel é o aparecer. A oposição clássica da metafísica (entre ser e aparecer) parece não fazer sentido no pensamento de Maquiavel. Assim, segundo Adverse, “a *aparência* em Maquiavel não pode ser pensada com a grade conceitual da metafísica. Em primeiro lugar, ela não é conceito. Em segundo lugar, não se opõe a *ser* no sentido de *essência*.” (ADVERSE, 2010, p. 33, grifos do autor). Não podemos deixar de notar o quanto é difícil deixar de usar o vocabulário vinculado a esta dicotomia para abordar a questão. Isto, no entanto, não nos parece implicar um

problema, pois este vocabulário nos parece útil para compreendê-la. Embora não se trate da dicotomia própria da metafísica, trata-se de uma diferença de perspectiva e, talvez por isso, nos seja ainda possível abordar a questão pela via deste vocabulário.

Voltando à nossa questão central, ao contrário do que poderíamos pensar em uma leitura inicial, a verdade efetiva não se opõe à aparência. Ao invés disso, constitui-se a partir dela. Não somente da aparência porque não descarta o real, mas não a exclui e nem o poderia fazer⁶. Poderíamos pensar, seguindo a argumentação de Claude Lefort (1999, p. 145-176), que uma justificativa para o tratamento que Maquiavel confere à questão é sua existência *a priori*. Dada sua existência, surge a necessidade de que o governante reconheça os dois planos e aprenda a lidar com eles, especialmente com a impossibilidade de identificá-los de forma definitiva. Desse modo, não podemos pensar que Maquiavel cria estes dois planos. Os planos constituem, eles mesmos, com toda sua ambiguidade, a verdade efetiva. Justamente por isso não se pode opor a *verità effettuale* à aparência. A aparência permeia a verdade efetiva, é uma de suas partes constitutivas. A este respeito, Vissing afirma que “Maquiavel substitui a oposição verdade/aparência pelo conceito de *verità effettuale*, que compreende indistintamente tudo aquilo que é operacional em política, incluindo as aparências.” (VISSING, 1986, p. 143). Ao ator político não cabe outra coisa senão sabê-lo e aprender a lidar com estes dois planos que constituem o terreno que lhe é próprio, o terreno da política. Resta ao governante ater-se à verdade efetiva e valer-se da imaginação, beneficiando-se dela em função da manutenção do poder. Precisa executar ações tendo em vista que será julgado pelas aparências dos resultados destas. Sua imagem não é fruto somente do que ele é, mas – e especialmente – do que ele parece ser.

Este parece ser um dos grandes desafios daquele que se propõe a manter o poder. Produzir de si e do Estado que governa a melhor imagem, definitivamente, não parece ser uma tarefa simples. A própria *virtù* (principal característica que deve ter o governante para efetivar seu objetivo relativo à manutenção do poder, como veremos mais adiante) não se caracteriza como própria do espaço da aparência, mas, ao mesmo tempo, não pode ser construída sem ele. O cálculo das ações do governante deve ser feito tendo em vista seus resultados. Dito dessa forma, não parece haver nenhuma especificidade no pensamento de

Maquiavel. Mas quando levamos em consideração que, para ele, o terreno da política é o da aparência, uma possível análise dos resultados se torna bem mais complexa, especialmente porque tão ou mais importante do que o que se faz é o que se faz ver.

Neste ponto, precisamos reconsiderar nossas quatro conclusões iniciais. Faz-se necessário expandir seu sentido original tal como o apresentamos anteriormente. Em outras palavras, faz-se necessário complementá-las, pois, se antes não tínhamos elementos suficientes para fazê-lo, parece agora não haver momento mais apropriado. No caso da primeira, há uma distância entre o que se vê e o que é, a conclusão se sustenta, porém perde importância na medida em que o que se efetiva é aparência e, portanto, não se pode identificar tal distância, apenas sabê-la. A segunda, o que se vê é mais importante que o que é, como vimos, foi superada a partir da constatação de que só se efetiva o que se faz ver. Assim, a identificação de uma convergência entre o que parece ser e o que é naquilo que se efetiva, ou seja, na verdade efetiva, retira qualquer tipo de prioridade destas duas questões iniciais. Porém, tornam ainda mais interessantes as duas últimas. A terceira diz respeito à imaginação e corrobora a quarta e mais importante de todas elas: o que existe é a aparência e o é, em grande medida, graças à imagem que os outros dela formulam. Resta-nos investigá-las.

O reconhecimento de que a verdade efetiva é o que aparece, e que o que aparece pode ser somente uma imagem produzida pela imaginação, nos conduz à necessidade de uma melhor compreensão da função desta última na política. O lugar da política parece ser justamente o ponto onde a realidade e as possíveis imagens que se pode criar das coisas se encontram. Alguns autores chegam a usar o termo ficção para pensar a questão da imagem na política. Em “Figures du Pouvoir” (2001a), mais especificamente no seu capítulo intitulado ‘Politique et fiction’, Zarka aborda a questão pelo uso deste termo. Ele diz “arriscar a afirmação: a política é talvez o lugar da ficção por excelência” (ZARKA, 2001a, p. 119). Apesar deste uso, preferimos nos restringir a opor a verdade efetiva às imagens que se pode formular daquilo que acontece no âmbito da política. Acreditamos que, se a verdade efetiva das coisas não é mais que a aparência que, neste caso, se traduz pela confluência daquilo que é com as imagens que, de alguma forma, foram produzidas por aqueles que se

inserir no espaço da política, talvez seja exagero pensar a política como um terreno próprio de ficções.

Assim, poderíamos pensar que a busca pela verdade se encerra justamente no reconhecimento da verdade efetiva. E, se a verdade efetiva coincide com a aparência, podemos dizer que a busca pela verdade em Maquiavel se encerra naquilo que aparece. Além disto, não há mais nada a procurar. Não necessariamente por ter-se atingido o ser, mas por ter-se atingido o ápice do que é passível de desvelamento no âmbito da política. A este respeito, Paul Valadier afirma que “o espaço público constitui então uma realidade específica estruturada pela aparência, e essa aparência não é ultrapassável. Aqui uma transparência ou um imediatismo são impossíveis; derivam do sonho ou da ignorância da realidade efetiva.” (VALADIER, 1996, p. 73). É certo que a realidade ou a *verità effettuale della cosa* se revela naquilo que aparece, mas, mesmo assim, além dela não há nada a se considerar. Ela encerra o conhecimento possível das coisas humanas. Por traz da verdade efetiva não há mais nada que se faça passível de ser conhecido e, portanto, nada que possa contribuir aos objetivos do governante. Assim, nas palavras de Adverse, “a obra de Maquiavel vai de encontro a essa estratégia seguindo em direção da *verdade efetiva das coisas*, tomando a realidade como é, afirmando sua opacidade e, a partir daí, colhendo material para conceitualizá-la.” (ADVERSE, 2010, p. 24). A obra de Maquiavel é, acima de tudo, política, e ele, privado deste espaço, parece ter-se disposto a desvendá-lo. Ao fazê-lo, no entanto, reconhece as dificuldades e os limites próprios da política e nos convida a refletir sobre eles, assim como sobre as maneiras de reverter o processo de corrupção de um Estado em crise (tal como a Itália daquele tempo). Não propõe um ‘modelo’ acabado (que existe, segundo ele, somente na imaginação dos homens), mas maneiras de reconhecer os obstáculos prováveis para melhor enfrentá-los.

De forma a dar eco ao que afirmaram todos estes autores, partimos da verdade efetiva como uma máxima maquiaveliana cujo fundamento não ultrapassa o que se realiza, ou seja, não ultrapassa a aparência. Como vimos a partir da afirmação de Zarka, isso só pode ocorrer por ser a aparência o âmbito da política e pelo fato de constituir esta última um terreno propício à produção de imagens pela – fazendo o uso do termo utilizado por Maquiavel – *immaginazione*. A necessidade atribuída ao governante de construir de si mesmo a imagem de grande

homem é a consequência primeira de uma expectativa derivada da *immaginazione* dos homens. A construção desta imagem parece não poder se efetivar sem passar sempre pelo juízo dos homens. O julgamento, como vimos, é em grande medida do que se vê e, portanto, não parece ser possível dissociar a imagem do governante da *opinione*. Acontece que os homens julgam a partir do terreno das aparências. Não necessariamente o que é se caracteriza como prioritário. O que é inevitavelmente julgado é a imagem que se abstrai daquilo que se concretizou na história, mesmo que seja esta imagem muito distinta do fato ocorrido. Julgam com os olhos e não com as mãos, para usar os termos de Maquiavel. E é esta diferença de perspectiva que não pode ser ignorada por aquele que governa.

Talvez a história seja a única capaz de nos possibilitar certo desvelamento daquilo que aparece. Se o que é configura-se como o que aparece, por vezes, em um evento passado, pode ser possível perceber a não coincidência entre o que pareceu se efetivar na história e o que, de fato, se efetivou. A história, eventualmente, é capaz de nos possibilitar desfazer o engano. Porém, muito dificilmente poderemos desfazê-lo no momento em que ele acontece. Ainda mais dificilmente podemos pensar a possibilidade de desfazê-los sempre. Mas, é desfazendo vez ou outra a confluência verdade-aparência que podemos, até mesmo, assegurar que ela existe. Neste sentido, quando afirmamos que o mundo da política é o mundo da aparência, podemos afirmá-lo pela utilização da história, que se apresenta, neste caso, como mecanismo de investigação. A história apresenta-se como uma importante ferramenta àquele que governa. Ela fornece elementos para que o governante possa aprender com os acontecimentos passados e apreender deles certos meios para evitar cometer os mesmos erros de atores que o antecederam, bem como procurar alcançar os mesmos acertos dos grandes homens.

A história assume, assim, um papel fundamental para a figura do governante. Porém, seu conhecimento puro e simples não necessariamente se faz suficiente para uma decisão que precise ser rápida e eficaz. Se o âmbito da política é o da aparência e não há nada além daquilo que aparece, o engano pode ser inevitável quando o governante precisar efetivar sua ação sem a chance de se debruçar longamente sobre os acontecimentos. Ao passo que, ao partir dos resultados consequentes das ações políticas de atores que o antecederam, pode aprender com situações semelhantes e valer-se deste aprendizado para analisar melhor uma

determinada situação presente. Para isso, o simples conhecimento da história não é suficiente. É preciso apreender dela os melhores modos de agir. Em curtas palavras, é preciso produzir o conhecimento a partir da experiência. Certamente, esta análise não elimina os riscos de um possível engano, mas pode diminuí-lo, dependendo das circunstâncias. Analisar fatos passados para tomá-los como parâmetro para uma decisão no presente exige cuidados específicos.

Neste sentido, faz-se necessário nos voltarmos aqui, mesmo que de forma breve, para algumas considerações que Maquiavel nos apresenta sobre a história e as maneiras pelas quais os homens costumam construí-la e apreendê-la. Esta questão é tratada por Maquiavel no próêmio do segundo livro dos *Discorsi*, em que ele analisa a construção dos eventos históricos ao longo do tempo e apresenta algumas de suas considerações sobre o juízo que os homens fazem dos acontecimentos passados, segundo ele quase sempre comum. Em suas palavras: “os homens sempre louvam – mas nem sempre com razão – os tempos antigos e reprovam os atuais: e de tal modo estimam as coisas passadas, que não só celebram as eras que conheceram graças à memória que delas deixam os escritores, como também aquelas que os velhos se recordam por as terem visto em sua juventude.” (MACHIAVELLI, 1997, p. 324)⁷. Na sequência do texto, Maquiavel parece problematizar esta perspectiva ao afirmar que, “quando tal opinião é falsa, como no mais das vezes o é, persuado-me de que são várias as razões que os levam a tal engano.” (MACHIAVELLI, 1997, p. 324)⁸. Duas destas razões nos são apresentadas logo em seguida. Em um primeiro momento, Maquiavel afirma que “nunca se conhece toda verdade das coisas antigas, visto que, no mais das vezes, se escondem as coisas que infamariam aqueles tempos, magnificando-se e ampliando-se as outras coisas que podem glorificá-los.” (MACHIAVELLI, 1997, p. 324)⁹. Mais adiante, seguindo sua argumentação, ele apresenta uma segunda razão ao afirmar que “os homens odeiam as coisas por temor ou por inveja, e nas coisas passadas estão extintas essas duas poderosíssimas razões de ódio, visto que elas não podem ofender e não dão motivos de inveja” (MACHIAVELLI, 1997, p. 324)¹⁰. Estas passagens, que abrem quase inusitadamente o Segundo Livro dos “*Discorsi*” e às quais muito se recorre, sugerem nos remeter, no mínimo, a duas considerações importantes. A primeira é a clareza que Maquiavel tem do papel do historiador na efetividade dos fatos históricos, podendo mesmo descrevê-

los um tanto melhores do que de fato foram¹¹. A segunda diz respeito à capacidade humana de imaginar, neste caso, de considerar um determinado fato ocorrido de forma distinta de como ele se efetivou. Assim, podemos pensar que é possível a imagem concretizada na história não corresponder integralmente à verdade efetiva do evento histórico. Consequentemente, podemos pensar que a história, de alguma forma, faz perdurar a imagem construída e não necessariamente a verdade efetiva das coisas. Voltamos, assim, à necessidade de tratar do ator político e seus expectadores, pois é a partir deles que se constrói a história que parece refletir, por sua vez, o único âmbito possível quando nos referimos ao terreno da política: a aparência.

Maquiavel, no entanto, nos aponta que o que se espera daquele que governa é que ele tenha todas as qualidades consideradas boas. Mais que isso, segundo ele, que conquiste a fama de grande homem. Consequentemente, esta é a imagem que o ator político precisa produzir a partir de suas ações para manter-se o poder. No entanto, e porque isto pode se configurar como um propósito muito difícil, Maquiavel, atento à verdade efetiva, adverte:

Sei que vão dizer que seria muito louvável que um príncipe, entre todas as qualidades acima [liberal, miserável; pródigo, ganancioso; cruel, piedoso; falso, fiel; efeminado, pusilânime; lascivo, casto; íntegro, astuto; duro, maleável; ponderado, leviano; religioso, incrédulo], possuísse as consideradas boas. Não sendo isto, porém, inteiramente possível devido às próprias condições humanas que não o permitem, ele deve ser suficientemente prudente para evitar a infâmia daqueles vícios que lhe tirariam o poder [...]. (MACHIAVELLI, 1997, p. 159-160)¹².

Buscar a fama ou, no mínimo evitar a má fama. Maquiavel não aponta as qualidades consideradas boas e, consequentemente, no mínimo duas questões nos ocorrem, a saber: qual é a imagem de um grande governante? E, como produzi-la? Em outras palavras, sabemos que a resposta passa pela produção de uma determinada imagem, mas qual? E, quais ações o ator político deve efetivar para conquistar a fama de grande homem ou, pelo menos, evitar a infâmia?

Novamente as questões parecem estar interligadas. A obra de Maquiavel nos fornece elementos para identificarmos, no caso da primeira questão, a imagem que se espera do governante com a de grande homem. Mais que isso, de um homem honrado, de um homem de glória. Uma hipótese possível para se pensar a imagem que os homens esperam daquele que os governa é que o governante seja, de alguma forma, superior aos demais (e é justamente sua superioridade que justifica o lugar que ele ocupa) e que resplandeça sua superioridade, especialmente naquilo que diz respeito à guerra, à honra e aos valores da tradição. Assim, a imagem que se espera do governante é de um homem honrado, glorioso e, acima de tudo, um homem de virtude. Glória e honra, no entanto, não são, necessariamente, consequentes das mesmas *praxes* e, para obter essa reputação de homem honrado, o governante não pode colocar em risco seu poder, deve, ao contrário, tentar alcançar a glória. Isso, por vezes, pode implicar uma grande dificuldade.

A partir, por exemplo, da consideração de que suas ações serão julgadas pelos olhos, o governante pode tentar manipular a construção de sua imagem, tornando-se honrado e adequando sua imagem às expectativas que se têm dele (ao mesmo tempo em que age de acordo com o que exigem as circunstâncias). Esta manobra torna possível ao governante o somatório daquilo que ele precisa fazer e do que parecer ser, nem sempre coincidentes. Pode, assim, a partir dela, ser honrado, glorioso, e salvo pela força dos vitupérios da fortuna que podem tudo mudar e efetivar a conquista e a manutenção do poder. Estes, de fato, parecem ser os modos sugeridos por Maquiavel para que o governante possa sustentar estas expectativas construindo de si uma imagem adequada aos seus objetivos. Uma imagem adequada às “maneiras pelas quais se podem governar e conservar-se” (MACHIARELLI, 1997, p. 119)¹³, no entanto, é difícil de ser construída devido à necessidade da prática de ações que não correspondem à *praxis* que se espera do governante. A solução encontrada por Maquiavel para que o governante possa tentar viabilizar seus objetivos se constrói inteiramente em função de dois pressupostos: primeiro, por ser o âmbito da política constituído pela aparência; segundo, por serem os homens capazes de imaginar (o que implica que são dotados de um mecanismo que pode remetê-los a experiências que não necessariamente se efetivam na história). Mas os resultados nem sempre podem ser controlados, e vários fatores

contingentes podem modificá-los, e não necessariamente quem manipula consegue fazê-lo em seu favor. Por ora, deixaremos de lado tais contingências e retomaremos o assunto no capítulo seguinte quando trataremos da fortuna. Assim, quando a salvo dos imprevistos da fortuna, o governante, sabendo que tanto as suas ações quanto a de todos no âmbito público se efetivam no âmbito da aparência, pode se valer da capacidade dos homens de imaginar para alcançar seus objetivos principais, ao mesmo tempo em que se cerca de precauções em relação às ações dos demais atores políticos. Ao reconhecer a possibilidade de se imaginarem coisas que nunca se efetivaram em um corpo político e ao tomá-la como própria dos homens, Maquiavel sugere ao governante que produza de si uma imagem que o mostre melhor do que ele é e se beneficie da capacidade que os homens têm de imaginar. Paralelamente, ele, governante, precisa precaver-se em relação ao que imagina, especialmente quando se trata de governos que nunca existiram. É certo que o espaço da política é preenchido pela aparência e, conseqüentemente, nem sempre é o governante quem engana. Ele pode ser enganado e pode fracassar na sua tentativa de enganar. Ele também imagina, e isto não pode ser evitado. A este respeito, Adverse afirma que,

os lugares não são fixos, quem engana pode ser enganado. Os que julgam com as mãos podem, em outra circunstância, julgar apenas com os olhos. Maquiavel diz que os homens, em geral, julgam *mais* com os olhos e menos com as mãos, o que significa que não são duas classes de homens que estão em jogo e sim duas formas de juízo que todos, em princípio, podem utilizar, mas que a maioria não o faz. Nas questões políticas, a maioria costuma tomar suas decisões apoiando-se no juízo do olhar. Maquiavel nos mostra que esse juízo pertence a um certo lugar no jogo político sem definir quem o ocupa. (ADVERSE, 2010, p. 48).

A passagem evidencia o reconhecimento que Maquiavel faz da impossibilidade de se fazer um cálculo absoluto das ações humanas, assim como das circunstâncias que as circunscrevem no espaço público. O governante atento à verdade efetiva pode se cercar de cuidados que, possivelmente, o auxiliarão nos seus objetivos. Entretanto, suas ações são limitadas pela opacidade das coisas humanas e não há como mudar isso.

Mas é certo que deverá se ater à imaginação, seja a dos homens, para conduzi-los a acreditar naquilo que o sustenta no poder, seja a sua própria capacidade de imaginar, para não cometer o erro de imaginar possibilidades de ações incapazes de se efetivar e perder seu poder em função disto¹⁴.

Estas considerações, no entanto, extrapolam os limites da primeira questão e invadem, de alguma maneira, o espaço próprio da segunda, relativa aos procedimentos específicos do governante para obter a imagem que dele se espera. E, muito embora não nos pareça ser possível respondê-la diretamente, a resposta à primeira questão sugere indícios de um caminho que começou a se delinear rumo à sua investigação. Voltando a nosso ponto de partida, de acordo com o qual associávamos a aparência à imaginação, podemos agora vislumbrar algumas consequências que começam a se fazer mais claras: a atuação do governante é necessária (especialmente porque ele precisa ser visto melhor do que ele é – e naquilo em que ele não corresponde à expectativa que se tem dele e, como sabemos, precisa corresponder, não lhe resta outra coisa senão manipular sua própria imagem –, caso contrário, terá chances menores de se manter no poder); os meios de atuação que conduzem aos melhores resultados tornam-se viáveis a partir do momento em que o governante pode recorrer à imaginação dos homens para criar de si a imagem esperada.

A atuação do governante e a manipulação de sua imagem se fazem possíveis, “pois os homens são tão simples e obedecem tanto às necessidades presentes, que aquele que engana encontrará sempre quem se deixe enganar” (MACHIAVELLI, 1997, p. 166)¹⁵. Os homens, como vimos, imaginam um ideal de governante que a verdade efetiva tende a evidenciar impossível. Prendem-se a um modelo de governante que acreditam ser razoável, mas que, inevitavelmente, em algum momento tem sua razoabilidade contestada pela *verità effettuale*. Não há modelo capaz de lidar com todas as variáveis dispostas no ambiente da política; por melhor que seja o modelo imaginado, idealizado pelos homens, sua sustentabilidade é comprometida na mesma proporção em que as modificações próprias do âmbito da política se impuserem sobre ele. Ao mesmo tempo, é possível corresponder, em certa medida, a este ideal já traçado, porque os homens, ‘simples que são’, para usar os termos de Maquiavel, desejam que o governante corresponda à imagem ideal que criaram e parecem atentar pouco para aquilo que parece contrariá-la.

Assim, desde que o governante saiba não a contrariar em muitas coisas, e ainda, disfarçar incompatibilidades eventuais (ou mesmo habituais) do que faz em relação àquilo que se espera dele, provavelmente não perderá o poder por não ter construído de si uma imagem apropriada. Conta, antes de tudo, com a condescendência daqueles que querem viver em um mundo perfeito. O governante, assim, se efetiva ator e, quanto mais capaz de manipular sua plateia, menor a resistência que ela lhe impõe e maior sua chance de êxito.

Em uma passagem que se tornou bem conhecida, Maquiavel afirma que

a um príncipe, portanto, não é necessário ter de fato todas as qualidades supracitadas¹⁶, mas é indispensável parecer tê-las. Aliás, ousarei dizer que, se as tiver e utilizar sempre, serão danosas, enquanto se parecer tê-las serão úteis. Assim, debes parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso — e sê-lo, mas com a condição de estar com o ânimo disposto a quando necessário, não o ser, de modo que possa e saiba como tornar-se o contrário (MACHIAVELLI, 1997, p. 166)¹⁷.

Esta passagem parece evidenciar a necessidade que se impõe ao governante não só de reconhecer a existência do âmbito da aparência, como de valer-se dele em seu favor sob pena de, se não o fizer, comprometer a manutenção do seu poder. Essa necessidade o faz aprender a atuar. Mas, muitas são as dificuldades para fazê-lo, especialmente por não se restringir ao governante a capacidade de valer-se do âmbito da aparência para manipular a própria imagem. Nas relações de poder que o governante precisa estabelecer, seja de ordem interna ou externa, ele se apresenta como imagem ao mesmo tempo em que sempre lida com imagens. Não há transparência no âmbito da política, e não se pode responsabilizar a figura do governante pela opacidade do espaço público. Este último não possibilita transparências, e o ator político manipula sua imagem ao mesmo tempo em que lida com imagens que também foram, de alguma forma, manipuladas. Além disso, apesar de haver uma maioria que se deixa enganar, o engano não pode ser generalizado. Assim, é certo que o governante não tem o poder de manipular tudo. Não pode e nem consegue simular ou dissimular tudo

que faz, embora não possa deixar de fazê-lo. Assim, temos que, uma vez assumida a condição de ator (de ‘ilusionista’, de manipulador), mesmo que em situações específicas, quando age abertamente, ou seja, sem atuar, o governante não se faz menos ator. Talvez em função disto Sfez afirme que “a tarefa de Maquiavel não implica a constituição de uma ordem, mas na constituição de uma cena estético-política que guarda em seu cerne a apresentação do homem de glória.” (SFEZ, 1998, p. 81). O governante parece estar sempre atuando, mesmo quando não o faz; de fato, permanece ator, ou ainda, mesmo quando não tem a intenção de manipular sua própria imagem, ainda assim atua. Se bom ator, nunca permite que se saiba se, em um determinado momento, atua ou não. O ator é enigmático e não lhe poderia haver lugar mais apropriado que o âmbito da política. Há sempre uma cena a ser interpretada, e ela não é criada pelo governante, existe independentemente dele. Sua atuação não é ornamental, é necessária.

Assim, o bom ator se constitui como tal na medida em que não permite perceber quando se trata de uma atuação. Não pode atuar o tempo todo, mas, quando o faz, não poder permitir que percebam. Isto faz do governante mais que um ator. Ele não só manipula, também dissimula e simula. Assim, inevitavelmente, quando falamos em produção de imagem, não lidamos apenas com a manipulação, mas, dependendo do caso, com a simulação e a dissimulação. “A arte de governar é também, como é sabido, a arte de dissimular, e até de simular”, afirma Zarka (2001a, p. 121). O governante é, então, ator e ‘ilusionista’ e o faz, ou pelo menos precisaria fazê-lo, sempre que a situação presente exija. Nas palavras de Maquiavel, “é necessário [...] ser grande simulador e dissimulador” (MACHIARELLI, 1997, p. 166)¹⁸. Não parece ser possível manter-se no poder sem o ser. Mas a que ele se refere exatamente? E como fazê-lo?

Zarka nos ajuda a compreender melhor tais termos. Ele investiga o uso deles na época de Maquiavel e apresenta uma distinção entre simulação e dissimulação que, segundo ele, é própria dos séculos XVI e XVII. Assim, de acordo com ele, enquanto “a primeira era compatível com as exigências da moralidade, a segunda [...] era incompatível com estas exigências.” (ZARKA, 2001a, p. 121). Maquiavel e suas obras se inserem neste período e, como sabemos, se valem de ambos os termos. Inevitavelmente, tais termos, também a partir de sua obra, costumam ser

tomados sob tais critérios. Precisamos considerar que esta distinção é, no entanto, posterior à obra de Maquiavel. Isto não passou despercebido a Zarka¹⁹. Na sequência do texto, ele afirma que “não se trata de uma questão de moralidade ou imoralidade, mas de uma questão de política: a reprodução das condutas de obediência que asseguram a manutenção do Estado supõe a produção de ficções.” (ZARKA, 2001a, p. 121), ou, tal como preferimos, supõe a produção de determinadas imagens.

Haja vista a maneira como a obra foi lida ao longo dos tempos, dissimular e simular são apresentadas por Maquiavel como habilidades de grande valia aos objetivos do governante e tornam-se parte essencial da arte de governar. Zarka o evidencia, apontando, especialmente a partir da obra *O Príncipe*, a utilização que o autor faz destes termos. Segundo ele, “Maquiavel percebeu [...], assim como foi ele quem revelou, que a política funciona sob o modo da ficção-simulação, e que, antes dele, se pensava funcionar sob o modo da verdade e da moral, ou seja, da transparência.” (ZARKA, 2001a, p. 121)²⁰. Se for certo que há muitas questões abordadas por ambos, e a da aparência se constitui como uma delas, é certo também, e de modo especial naquilo que diz respeito a esta questão, que se opõem irremediavelmente. Assim, enquanto uns defendem uma imagem de governante que se constrói por via de *práxis*, que assume como fundamento os valores da tradição (no caso da tradição cristã), o outro, apesar de reconhecer tais valores, assim como a necessidade de se criar uma imagem que os transpareça, assume como fundamento o objetivo de manter o poder que exige, em contrapartida, a desconsideração eventual de tais valores. Neste segundo caso, resolve-se a questão aparentando ter os valores da tradição cristã, mesmo que, sempre que necessário, os contrariando²¹. A partir da afirmação de Zarka, parece haver uma ‘novidade’ em Maquiavel. Governar é, entre outras coisas, atuar, e se não há novidade alguma em se pensar a maneira como o governante é visto, há em pensar os mecanismos capazes de forjar sua imagem, assim como na capacidade dos homens em admitir todo este processo. Desta questão, no entanto, trataremos, como já foi dito, mais adiante. Precisamos, antes, compreender os meios de se efetivar uma determinada imagem no âmbito da política pela simulação e pela dissimulação.

A partir do momento em que se reconhece o âmbito da política como o terreno da aparência, simular e dissimular se tornam atividades necessárias e próprias dos atores políticos. Admitir a impossibilidade de

um desvelamento total do real pode ser tomado como uma condição para a manutenção do poder. Além disso, partindo do mesmo pressuposto que Zarka, poderíamos dizer que o governante, para Maquiavel, não necessariamente perde seu poder por ser efetivamente bom ou mau, mas muito mais pelas imagens projetadas por suas ações através dos planos possíveis de percepção destas. E, mesmo que ignore o fato de suas ações produzirem imagens (que nem sempre lhe correspondem), não produzirá menos imagens em função dessa sua ‘ignorância’. Assim, parece não haver como escapar à produção de imagens, e ele o faz, em grande medida, a partir do momento em que dissimula suas ações ou simula uma determinada cena.

A produção de imagens pode ser capaz de possibilitar ao governante aquilo que, sem elas, seria impossível. Assim, quando as ações do governante não correspondem à expectativa que se tem dele, não há outro modo de alcançar a fama de grande homem (ou pelo menos evitar a má fama) senão pela capacidade ilusionista do governante de manipular sua imagem para deixá-la de acordo com a expectativa; associada, vale lembrar, à capacidade dos homens de imaginar. Tudo isto, no entanto, só faz sentido e somente pode se concretizar se a verdade efetiva é tomada como ponto de partida. Neste sentido, Zarka afirma que “o retorno à verdade efetiva das coisas, que é o princípio da política em Maquiavel, está de fato ligado a uma análise dos mecanismos de produção de ficções. É pela ficção, entendida aqui no seu sentido de ilusão e artifício, que o príncipe deve reger seu governo do povo” (ZARCA, 2001a, p. 121)²². O governante, ilusionista – para usar o termo de Vissing –, pode, assim, graças à aparência, ter a chance de efetivar seus objetivos relacionados à manutenção do poder. Ele precisa considerar que não há estratégia eficaz capaz de escapar das especificidades do âmbito da aparência.

Governar torna-se, assim, uma atividade mais complexa a partir de Maquiavel. Ela extrapola o âmbito das ações que devem ser efetivadas para considerar, ainda, a impressão que se tem delas, ou seja, parte-se do pressuposto de que as ações praticadas pelo governante assumem significados nem sempre idênticos àquilo que foi efetivado, mas de mesma importância para seus objetivos. Tal como afirma Adverse, “a ação política requer a capacidade de assegurar uma imagem que revestirá o ator político, de compor uma imagem que será o lugar no qual ele irá se abrigar nessa rede de significações.” (ADVERSE, 2010, p. 19). No entanto, não

se restringe à produção desta imagem. Tal rede, que parece constituir os fundamentos deste que parece ser o complicado emaranhado teórico que Maquiavel se propõe a enfrentar, depende, por um lado, de ações efetivas que se constituam gloriosas e, por outro lado, passa, inevitavelmente, pela construção desta imagem que, não poucas vezes, pode precisar ser forjada. Assim, no que diz respeito à política, o que existe é aparência. Só há aparência. Mas, para que o governante construa de si mesmo, assim como do Estado que governa, uma aparência conveniente aos seus objetivos, ele não pode manipular todos os resultados de suas ações. Ele precisa, efetivamente, procurar ser um homem de *reputazione*, conquistar a fama de grande homem e, embora precise simular e dissimular nos momentos em que sua imagem poderia ser de alguma forma comprometida, não pode recorrer a esse artifício a todo o momento e, portanto, não pode edificar a imagem de grande homem sem o ser ao menos na maior parte do tempo. Não podemos nos esquecer de que muitas coisas não podem ser meramente imaginadas pelos homens, e que o governante precisa efetivá-las, embora nunca o faça por outra via senão a da aparência.

Notas

¹ Professora da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Endereço eletrônico: flaviabenevenuto@gmail.com.

² Quando mencionamos os ‘espelhos dos príncipes’ estamos nos referindo aos manuais de aconselhamento para príncipes. Trata-se de um assunto extremamente genérico, pois há vários tipos de conselhos e estes foram dados em momentos históricos muito diferentes. Assim, partimos do pressuposto de que os *Specula* não representam uma inovação à arte de governar. Segundo afirma Senellart, se ignoramos os gêneros literários desse tipo de obra temos a chance de perceber o quanto são antigos: “vêm das civilizações do Egito e da mesopotâmia” (SENELLART, 1995, p. 45). Teriam sido, no entanto, e ao contrário dos *Specula*, pouco estudados e não teriam um lugar iminente nas ‘artes de governar’ (SENELLART, 1995, p. 45).

³ Este trabalho se desviaria de sua proposta inicial se, neste momento, em vez de tratar do governante, começássemos a tratar do povo. Partimos do pressuposto de um corpo político cindido e optamos por estudar a figura do governante que se circunscreve claramente no lugar oposto ao do povo. Não pretendemos partir para uma análise da perspectiva do povo, haja vista que ela não cabe nos limites deste trabalho. Tal análise nos interessa apenas enquanto interfere no resultado das ações do governante, enquanto este último se apresenta como responsável direto pelas estratégias que o governante deverá

arquitetar para manter o poder. Assim, não nos interessa aqui estudar propriamente as imagens sugeridas por Maquiavel, mas seu fundamento. Interessa-nos o conceito produzido por Maquiavel para minimizar a instabilidade consequente da enorme quantidade de variáveis às quais o governante se encontra sujeito ao assumir os objetivos de conquista e manutenção do poder.

⁴ MACHIAVELLI. “*Il Principe*”, XVIII: *E li uomini in universalì indicano piú alli occhi che alle mani [...]*.

⁵ MACHIAVELLI. “*Discorsi*”, I, 25: [...] *perché lo universale degli uomini si pascono così di quel che pare come di quello che è: anzi, molte volte si muovono piú per le cose che paiono che per quelle che sono.*

⁶ A este respeito, Adverse (2010) nos apresenta ainda os riscos de se pensar, aqui, em uma dicotomia. Ele recorre ao conceito de maquiavelismo, tal como apresentado por Claude Lefort, para tratar das consequências de se assumir esta distinção entre ser/aparência. Segundo ele, “Maquiavel é ‘maquiavélico’ quando acreditamos que por detrás da aparência há uma verdadeira política, uma política real. Maquiavel é ‘maquiavélico’ quando desdobramos a realidade política, quando a duplicamos, colocando de um lado as autênticas intenções de um ator político, ou um príncipe, e de outro o que ele mostra. [...] Dizendo de outra forma, o príncipe não antecede o poder. Todo o ser do político, *na medida em que ele age*, está na representação, naquilo que ele dá a ver. Por isso não é correto dizer que para Maquiavel a aparência substitui o verdadeiro ser: na política, a aparência é o ser e o único príncipe que existe é o príncipe que se vê” (ADVERSE, 2010, p. 50, grifos do autor). Ver, a este respeito, LEFORT. 1972, p. 74.

⁷ MACHIAVELLI. “*Discorsi*”, II, Proêmio: *Laudano sempre gli uomini, ma non sempre ragionevolmente, gli antichi tempi, e gli presenti accusano, ed in modo sono delle cose passate partigiani che non solamente celebrano quelle etadi che da loro sono state, per la memoria che ne hanno lasciata gli scrittori, conosciute, ma quelle ancora che, sendo già vecchi, si ricordano nella loro giovinezza avere vedute.*

⁸ MACHIAVELLI. “*Discorsi*”, II, Proêmio: *E quando questa loro opinione sia falsa, come il piú delle volte è, mi persuado varie essere le cagioni che a questo inganno gli conducono.*

⁹ MACHIAVELLI. “*Discorsi*”, II, Proêmio: [...] *delle cose antiche non s’intenda al tutto la verità, e che di quelle il piú delle volte si nasconda quelle cose che recherebbono a quelli tempi infamia, e quelle altre che possano partorire loro gloria, si rendino magnifiche ed amplissime.*

¹⁰ MACHIAVELLI. “*Discorsi*”, II, Proêmio: [...] *odiando gli uomini le cose o per timore o per invidia, vengono ad essere spente due potentissime cagioni dell’odio nelle cose passate, non ti potendo quelle offendere, e non ti dando cagione d’invidiarle.*

¹¹ Maquiavel, em muitos momentos, utiliza a história para fundamentar suas hipóteses teóricas sem problematizá-las. Neste trecho em específico ele abre uma suspeita daquilo que sustenta muitos dos seus argumentos. Assim, se, por um lado, tomamos a passagem para pensar a clareza que o autor tinha da forma como são narrados os eventos, por outro, compreendemos que esta questão não se esgota. Tratar, no entanto, da relação entre a concepção maquiaveliana da construção da história e o uso que ele faz desta não constitui um tema possível nos limites deste trabalho.

¹² MACHIAVELLI. “*Il Principe*”, XV: *E io so che ciascuno confesserà che sarebbe laudabilissima cosa uno principe trovarsi, di tutte le soprascritte qualità [liberale, misero; donatore, rapace; crudele, piatoso; fedifrago, fedele; effeminato, pusillanime; feroce, animoso; umano, superbo; lascivo, casto; intero,*

astuto; duro, facile; grave, leggeri; religioso, incredulo] quelle che sono tenute buone. Ma, perché le non si possono avere tutte né interamente osservare, per le condizioni umane che non lo consentono, è necessario essere tanto prudente ch'e' sappi fuggire la infamia di quegli vizj che gli torrebbono lo stato [...].

¹³ MACHIAVELLI. “*Il Principe*”, II: [...] *come questi principati si possino governare e mantenere.*

¹⁴ Vale lembrar que “Power and Imagination” é o título do livro de Lauro Martines. No prefácio da obra, ele justifica a escolha do título. Em suas palavras: “o título ‘Power and Imagination’ é minha maneira de fazer referência, e alterar, a distinção mais tradicional existente entre ‘sociedade’ e ‘cultura’. Contando uma história que atravessa cinco séculos fui conduzido a tomar um tema central mais facilmente visível que ‘sociedade’. Eu escolhi centralizar atenção nas fortunas do ‘poder’ porque, ao traçar o movimento da autoridade política, fui também compelido, durante todo o percurso, a seguir a direção da variável social e econômica. E eu escolhi ‘imaginação’ ao invés de ‘cultura’ porque minha maior preocupação diz respeito às relações entre grupos sociais dominantes (poder) e a articulada, formal, refinada, ou idealizada consciência daqueles que falam pelo Poder. Neste sentido, o trabalho da imaginação tende a ser mais importante” (MARTINES, 1988, p. XI).

¹⁵ MACHIAVELLI. “*Il Principe*”, XVIII: [...] *e sono tanto semplici gli uomini, e tanto ubbidiscono alle necessità presenti, che colui che inganna troverà sempre chi si lascerà ingannare.*

¹⁶ Maquiavel, no capítulo XVIII de sua obra “O Príncipe”, ilustra esta passagem problematizando as circunstâncias em que o príncipe pode ou não guardar a palavra dada. Parece se valer deste exemplo para tratar da necessidade do governante de preservar a aparência de que nele se pode depositar confiança mais que a lealdade propriamente dita (ver MACHIAVELLI, 1997, p. 165-166).

¹⁷ MACHIAVELLI. “*Il Principe*”, XVIII: *A uno principe, adunque, non è necessario avere in fatto tutte le soprascritte qualità, ma è bene necessario parere di averle; anzi ardirò di dire questo: che, avendole e osservandole sempre, sono dannose, e, parendo di averle, sono utili: come parere piatoso, fedele, umano, intero, religioso ed essere; ma stare in modo edificato con lo animo che, bisognando non essere, tu possa e sappia diventare il contrario.*

¹⁸ MACHIAVELLI. “*Il Principe*”, XVIII: *Ma è necessario [...] essere gran simulatore e dissimulatore [...].*

¹⁹ Porém, ele o reconhece em outro livro: “Machiavel, Le Prince ou le nouvel art politique” (p. 12). Na introdução deste, do qual é um dos organizadores, Zarka afirma que o problema moral que recai sobre a questão da aparência constituiu-se historicamente posterior a Maquiavel. Assim, segundo ele, “a partir da Contra-Reforma, com as doutrinas da Razão de Estado, é que o problema ganha um aspecto moral com a distinção entre a simulação (imoral) e a dissimulação (moral)” (ZARKA, 2001b, p. 12). Ver ainda, ZARKA, (Dir.). « Raison et déraison d’État: Théoriciens et théories de la raison d’État aux XVI^e et XVII^e siècles ».

²⁰ Talvez este seja um dos principais pontos de distinção entre um *speculum principis* e “O Príncipe”, de Maquiavel.

²¹ Tratar dos valores da tradição, assim como da forma como Maquiavel rompe com tais valores, não é uma tarefa simples. Reduzimos a questão neste trabalho para abordar diretamente o ponto da imagem do governante. Sabemos, no entanto, que não há solução fácil para esta questão, e o próprio legado maquiaveliano nos conduz a pensar as conse-

quências do rompimento com a tradição. Uma abordagem mais demorada desta questão, no entanto, acabaria por nos desviar do nosso tema central.

²² Tal como afirmamos anteriormente, acreditamos que o termo ficção não é, necessariamente, o que traduz com mais clareza o pensamento de Maquiavel. No caso desta passagem, preferimos pensar que o governante recorre à capacidade que os homens têm de imaginar, ou seja, à imaginação dos homens e sua capacidade de produzir ilusões, para produzir de si imagens apropriadas aos objetivos próprios de um governante.

REFERÊNCIAS

ADVERSE, H. **Maquiavel: Política e Retórica**. Belo Horizonte, 2009.

ARANOVICH, P. F. **História e Política em Maquiavel**. São Paulo: Discurso, 2007.

BIGNOTTO, N. **Origens do Republicanismo Moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.

BURCKHARDT, J. **The civilization of the Renaissance in Italy**. New York: The Modern Library, 2002.

CARDOSO, S. Que República? Notas sobre a tradição do governo “misto”. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

FARAKLAS, G. **Machiavel: Le Pouvoir du Prince**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

GAILLE-NIKODIMOV, M. **Conflit Civil et Liberté: la politique machiavélique entre histoire et médecine**. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2004.

GARIN, E. **Moyen Âge et Renaissance**. Traduit de l'italien par Claude Carne. Paris: Gallimard, 1989.

GILBERT, F. **Machiavelli e il suo tempo**. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 1977.

HALÉVI, R. **Les Savoir du Prince: du Moyen Âge aux Lunières**. Paris: Fayard, 2002.

HULLIUNG, M. **Citizen Machiavelli**. Princeton: Princeton University Press, 1983.

LEFORT, C. **Desafios da Escrita Política**. Tradução de Eliana de Melo Souza. São Paulo: Discurso, 1999.

_____. **Le Travail de l'oeuvre: Machiavel**. Paris: Gallimard, 1972.

MANENT, P. **Naissances de la Politique Moderne: Machiavel, Hobbes, Rousseau**. Paris: Gallimard, 2007.

MANSFIELD, H. C. **Machiavelli's Virtue**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1996.

MARTINES, L. **Power and Imagination: City-States in Renaissance Italy**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1988.

MÉNISSIER, T. **Machiavel, la politique, l'histoire. Enjeux philosophiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

PANCERA, C. G. K. **Maquiavel entre Repúblicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

POCOCK, J.G. A. **The Machiavellian Moment**. Princeton: Princeton University Press, 1975.

PRICE, R. The Senses of virtù in Machiavelli. **European Studies Review**, 3, p. 315-345, 1973.

SASSO, G. **Niccolò Machiavelli**. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 1993. 2v.

SEHELLART, M. **Les Arts de Gouverner: Du Regimen Médiéval au Concept de Gouvernement.** Paris: Editions du Seuil, 1995.

SFEZ, G. **Le prince sans qualités.** Paris: Kimé, 1998.

_____. **Machiavel, la politique du moindre mal.** Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

SKINNER, Q. **As Fundações do Pensamento Político Moderno.** Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Visions of Politics. Renaissance Virtues.** Cambridge: Cambridge University Press, 2002. v. 2.

STRAUSS, L. **Thoughts on Machiavelli.** Chicago; London: University of Chicago Press, 1958.

TARANTO, D. **Le Virtù della Politica: Civismo tra Machiavelli e gli Antichi.** Napoli: Bibliopolis, 2003.

VALADIER, P. **Machiavel et la fragilité du politique.** Paris: Seuil, 1996.

VISSING, L. **Machiavel et la politique de l'apparence.** Paris: PUF, 1986.

WEILL, C. (Dir.) **Machiavel: le pouvoir et la ruse.** Paris: CNRS Éditions, 2008.

ZARKA, Y. C. (Dir.) **Raison et déraison d'État: Théoriciens et théories de la raison d'État aux XVI^e et XVII^e siècles.** Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

_____. **Figures Du Pouvoir.** Études de Philosophie Politique de Machiavel à Foucault. Paris: Presses Universitaires de France, 2001a.

_____ ; MÉNISSIER, T. **Machiavel, Le Prince ou le nouvel art politique**. Paris: PUF, 2001b.